



Diário Oficial do Poder Legislativo

1ª Sessão Legislativa
da 12ª Legislatura

ANO XLV

RIO BRANCO - AC, 2 DE AGOSTO DE 2007

N.º 3628

MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÃES
Presidente

JUAREZ LEITÃO
1º Secretário

ELSON SANTIAGO
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

ANTONIA SALES
2ª Vice- Presidenta

WALTER PRADO
3º Secretário

NOGUEIRA LIMA
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Taumaturgo Lima
PMDB - Chagas Romão
PSDB - Donald Fernandes
PP - Maria Antonia
PSB - Delorgem Campos
PPS - Idalina Onofre
PMN - José Luis
PDT - Luiz Calixto
PTN - José Carlos
PT do B - Gilberto Diniz
Líder do Governo - Moisés Diniz

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Perpétua de Sá, Taumaturgo Lima, Ney Amorim.
PPS - Idalina Onofre, Tarcísio Medeiros.
PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão.
PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga.
BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz, Helder Paiva.
PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.
PMN - José Luis, Élson Santiago.
PDT - Luiz Calixto.
PP - Maria Antonia.
PTN - José Carlos.
PT do B - Gilberto Diniz.

ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO**PORTARIA N. 129/2007**

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 0014712-6/2007**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor **João Cardoso da Silva**, Técnico Legislativo, CL."D", CÓD.PL-NM-301, Ref. 21, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, um mês de **Licença-Prêmio**, a contar de **1º/8/2007 a 30/8/2007**, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 1º de agosto de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO**
1º Secretário


SOLÓNIDAS NASCIMENTO MAIA
Secretário Executivo Adjunto

PORTARIA N. 130/2007

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 0014755-4/2007**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria Raimunda Souza de Oliveira**, Técnico Legislativo, CL."B", CÓD.PL-NB-401, Ref. 13, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, um mês de **Licença-Prêmio**, a contar de **1º/8/2007 a 30/8/2007**, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 1º de agosto de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO**
1º Secretário


SOLÓNIDAS NASCIMENTO MAIA
Secretário Executivo Adjunto

PORTARIA N. 131/2007

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 0014690-2/2007**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor **José Altevir Araújo da Silva**, Técnico Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NM-301, Ref. 17, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, um mês de **Licença-Prêmio**, a contar de **1º/8/2007 a 30/8/2007**, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 1º de agosto de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO**
1º Secretário


SOLÓNIDAS NASCIMENTO MAIA
Secretário Executivo Adjunto

PORTARIA N. 132/2007

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 0014753-2/2007**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria da Penha Sales de Souza**, Técnico Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NM-301, Ref. 18, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, um mês de **Licença-Prêmio**, a contar de **7/8/2007 a 5/9/2007**, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 1º de agosto de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO**
1º Secretário


SOLÓNIDAS NASCIMENTO MAIA
Secretário Executivo Adjunto


PORTARIA N. 133/2007

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 0014822-8/2007**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria das Graças Magalhães do Nascimento**, Técnico Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NM-301, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, um mês de **Licença-Prêmio**, a contar de **1º/8/2007 a 30/8/2007**, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 1º de agosto de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO**
1º Secretário


SOLÓNIDAS NASCIMENTO MAIA
Secretário Executivo Adjunto


PORTARIA N. 134/2007

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 0014806-1/2007**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Arlete Carneiro Leitão**, Técnico Legislativo, CL."B", CÓD.PL-NM-301, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, um mês de **Licença-Prêmio**, a contar de **1º/8/2007 a 30/8/2007**, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 1º de agosto de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO**
1º Secretário


SOLÓNIDAS NASCIMENTO MAIA
Secretário Executivo Adjunto

ATOS DA SECRETARIA EXECUTIVA**PORTARIA N. 303/2007**


O SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

ATRIBUIR à servidora **Margarida Mercedes Araújo Ksajikian**, Técnico Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NM-301, Ref. 18, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a **Gratificação de Nível Superior correspondente a 20% (vinte por cento)**, sobre o vencimento do seu cargo efetivo, nos termos da apresentação do **Historico Escolar da Diretoria de Registro e Controle Acadêmico**, outorgado pela Faculdade de Administração em Marketing - União Educacional do Norte - UNINORTE, através do **Processo n. 724**, de 23 de julho de 2007.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 31 de julho de 2007.


SOLÓNIDAS NASCIMENTO MAIA
Secretário Executivo Adjunto

**48ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA**

Realizada em 2 de agosto de 2007

Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Secretaria: Deputado WALTER PRADO

PRESENTES: Deputados FRANCISCO VIGA, JUAREZ LEITÃO, MAZINHO SERAFIM, NALUH GOUVEIA, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, MOISÉS DINIZ, HELDER PAIVA, do **BPR**; CHAGAS ROMÃO, do **PMDB**; DONALD FERNANDES, LUIZ GONZAGA, do **PSDB**; DELORGE CAMPOS, WALTER PRADO, do **PSB**; ELSON SANTIAGO, do **PMN**; IDALINA ONOFRE, do **PPS**; GILBERTO DINIZ, do **PT do B**.

AUSENTES: Deputados NEY AMORIM, PERPÉTUA DE SÁ, do **PT**; ANTONIA SALES, do **PMDB**; JOSÉ LUÍS, do **PMN**; TARCÍSIO MEDEIROS, do **PPS**; MARIA ANTÔNIA, do **PP**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**; ZÉ CARLOS, do **PTN**.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

Projeto de Lei n. 41/2007, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada Idalina Onofre, que “Denomina Hospital Materno Infantil Irmã Maria Inete ao Hospital Geral de Cruzeiro do Sul”;

Moção de Aplauso n. 9/2007, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Mazinho Serafim, o qual manifesta “Moção de Aplauso ao Senhor Pedro Luis Longo”;

Moção de Aplauso n. 10/2007, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Mazinho Serafim, o qual manifesta “Moção de Aplauso ao Senhor Jurilande Aragão Silva”.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Suspendemos a presente Sessão, para que possamos receber os estudantes de Medicina, que estudam na Escola Latino Americana de Cuba, bem como os demais convidados. (PAUSA)

Reaberta a Sessão, enquanto aguardamos a chegada, no plenário da nossa Casa, do Dr. Thor Dantas, Superintendente da Fundhacre, gostaríamos de ir compondo a nossa Mesa, para que possamos dar início a nossa reunião. Convidamos o aluno Genilson que é Coordenador do Trabalho voluntário dos alunos da Escola latino Americana de Medicina em Cuba; o Magnífico Reitor, Jonas Filho, para comporem a Mesa. De antemão queremos agradecer a vinda do Reitor da UFAC e dos demais presentes.

Nós vamos utilizar a seguinte metodologia: Será feita uma apresentação por parte do aluno Genilson, em seguida o companheiro Luiz Felipe, que é médico e sempre aborda esta questão da revalidação, irá apresentar a sua proposta, depois nós vamos conceder a palavra aos representantes da Fundação Hospitalar, da UFAC e aos Senhores Deputados e Deputadas.

Com a palavra o aluno Genilson.

GENILSON (Estudante de Medicina) – Quero saudar a Mesa Diretora em nome do Deputado Edvaldo Magalhães, Presidente da Casa, que nos ajudou a construir a possibilidade deste encontro e também a todos os Deputados aqui presentes. É uma alegria para nós estar criando este ambiente de discussão aqui no Estado do Acre. E quero, de forma breve, fazer uma apresentação, dizer quem somos, o que estamos fazendo e o que pretendemos. Nós somos estudantes da Escola Latina Americana de Medicina em Cuba. Estamos no nosso período de férias aqui no Acre e vimos realizar um trabalho voluntário. Estudamos em Cuba graças a uma bolsa que recebemos do Governo cubano, que anualmente é disponibilizada para uma média de trezentos brasileiros. Hoje, em Cuba, existem mais de mil estudantes de Medicina aqui do Brasil.

Quando chegamos em Cuba recebemos toda a condição para poder estudar, isso significa que nós não pagamos absolutamente nada. O compromisso que assumimos com o governo cubano não é diretamente para servir a Cuba, é para servir às populações carentes do Nordeste e

Norte brasileiro, enfim, as populações que infelizmente, hoje, não são atendidas, porque de acordo com a OMS, Organização Mundial de Saúde, a média de médicos por habitantes deve ser um médico para cada mil habitantes, mas no nosso País nós temos um médico para seiscentos habitantes. Infelizmente, existe uma concentração muito grande de médicos nos grandes centros, nas capitais. E em mais de quinhentos municípios, segundo o Conselho Federal de Medicina, não existe nenhum médico em mais de duas mil cidades o número de médicos é insuficiente para atender a população.

Chegamos a Cuba através das Bolsas que recebemos, as quais são distribuídas a diversos movimentos sociais, Partidos Políticos das mais diversas linhas; sem nenhum tipo de discriminação, que indicam os estudantes. Esses estudantes se submetem a um teste e se aprovados, vão para Cuba fazer um curso chamado Pré-médico, durante quatro meses. Se aprovados nesse curso, começam a estudar medicina. Digo isso para afirmar que nós passamos por um processo de seleção criterioso, tanto no âmbito científico quanto social.

Tivemos algumas conversas aqui no Estado que nos alegraram muito, e temos hoje uma proposta para apresentar aos Senhores Deputados e ao Magnífico Reitor Jonas Filho, que está aqui na nossa Mesa, e também para o Governo do Estado do Acre. Pretendemos discutir uma possibilidade de estar contribuindo com o Estado do Acre, através do que aprendemos em Cuba. Somos estudantes de diversos Estados do Brasil que hoje estão presentes aqui. Temos o Dr. Felipe que já está graduado há alguns anos e que vai delinear a proposta que nós queremos apresentar

Obrigado.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Com a palavra o Dr. Luiz Felipe.

Dr. LUIZ FELIPE – Bom dia Senhoras e Senhores Deputados, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Acre, Senhor pró-Reitor de Graduação, vimos trazer uma proposta de intercâmbio entre a Universidade Federal do Acre e a Escola Latino Americana de Medicina, com o intuito de resolver o problema da revalidação de diplomas no Brasil, que como os Senhores devem ter conhecimento é um processo que depende muito de cada Universidade, apesar de já existir a Resolução n. 1, de 25 de fevereiro de 2002, do Ministério de Educação, que normatiza este processo. Esta Resolução dá liberdade às Universidades se adequarem a sua própria realidade.

Então, muitas vezes nos processos de revalidação se criam entraves e muitas Universidades, que inclusive antes da nossa graduação, antes de 2005 encontravam equivalência em currículos cubanos, hoje já não encontram. O Governo Brasileiro trabalhou um ajuste complementar a um acordo de cooperação educacional e cultural que existe entre Brasil e Cuba e esse ajuste ainda estar em discussão nas vias diplomáticas. Já faz três anos e ainda não conseguimos chegar a um consenso. E os Graduados quando voltam ao Brasil, não só de Cuba, mas de diversos países, passam por um processo muito dificultoso para conseguir a revalidação dos seus títulos.

O convênio tem como objetivo desenvolver um programa de intercâmbio e cooperação entre as Universidades na área de Medicina.

Proposta para a Revalidação de Diplomas Médicos de Brasileiros em Cuba – UFAC – ELAM.

Introdução

Após os desastres ocorridos nos Países Centro Americanos e Caribenhos, devido aos Furacões George e Mitchel em 1998. O Governo cubano cria a Escola Latino Americana de Medicina (ELAM), fundada em 1999. Em 1999 recebeu 18 países de toda a América Latina e Caribe totalizando 1500 alunos, dentre eles 60 brasileiros. Hoje são mais de 24 países integrantes do projeto totalizando aproximadamente 10.000 alunos de diferentes anos de formação.

A ELAM teve sua primeira graduação em 2005. Ao final de 2006 foi incluída no Catálogo Internacional de Faculdades de Medicina da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Proposta UFAC – ELAM

Convênio de intercâmbio Acadêmico – Científico e Cultural na área da Medicina entre a UFAC – ELAM.

Realização de um serviço social no Estado do Acre.

Convênio de Intercâmbio

O Convênio tem como objetivo desenvolver programas de Intercâmbio e Cooperação em todas as áreas acadêmicas da Medicina oferecidas por ambas as Universidades.

O Programa de Intercâmbio pode incluir:

- Ï% Estudantes de graduação brasileiros para complementação curricular e/ou internato e pós-graduação;
- Ï% Médicos brasileiros graduados na ELAM;
- Ï% Professores, pesquisadores e pessoal técnico e administrativo de nível superior;
- Ï% Colaborações em pesquisas;
- Ï% Promoção de eventos científicos e culturais;
- Ï% Intercâmbio de informações e publicações acadêmicas.

Propostas específicas

Os estudantes brasileiros de graduação poderiam receber complementação curricular em Cuba e/ou vir realizar o período do Internato no Brasil.

Os médicos graduados poderiam realizar um treinamento em serviço por 6 meses supervisionados e avaliados pela Faculdade de Medicina.

Serviço Social no Acre

Os médicos graduados, a partir do convênio firmado entre UFAC e ELAM, assumem o compromisso de estarem colaborando com o Estado, estando à serviço da população acreana nos diferentes municípios através de um serviço social, que será realizado em localidades designadas pelo Governo do Estado do Acre com duração de um ano a partir da conclusão do processo de revalidação.

Hoje, em Cuba, tem quase mil estudantes de Medicina e esperamos vencer esse processo e que meus companheiros que vieram aqui hoje, possam ter uma possibilidade muito maior e muito mais justa do que a minha turma está tendo nesse processo de revalidação.

Agradeço a atenção dos Senhores por terem aberto esse debate que envolve corporativismo e preconceitos. Mas estamos dispostos a levar esse debate adiante, porque só quem perde é a população brasileira. Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Com a palavra o Reitor da Universidade Federal do Acre, Sr. Jonas Filho.

Sr. JONAS FILHO (Reitor da Universidade Federal do Acre)

– Bom dia a todos, quero, na pessoa do Deputado Edvaldo Magalhães, cumprimentar a todos os Deputados e Deputadas presentes e também, de forma especial, os alunos da Escola Latino Americana de Medicina de Cuba, enfim, quero parabenizar essa atitude dos alunos que estão preocupados com seu futuro e com o comprometimento com o seu país, o que abre uma discussão extremamente complicada a nível internacional. Eles querem honrar os compromissos com suas famílias com o seu país e voltar para casa e ter condições ideais de trabalho. Do outro lado temos a Assembléia Legislativa que permite essa discussão, a qual representa a sociedade acreana regional, que nos envolve. A UFAC e a Fundhacre têm interesse em discutir esse assunto, e acho que outras pessoas e instituições deverão estar envolvidas.

Em 2005 estive em Cuba numa delegação de reitores das universidades brasileiras e de várias universidades cubanas, além de outros assuntos que tratamos esse foi um assunto que veio na pauta: O problema da revalidação dos diplomas dos brasileiros. E não só dos brasileiros, mas dos estrangeiros que querem trabalhar no Brasil de acordo com a legislação. Não sei se nesse período essa discussão avançou. Estou colocando isso para dizer, de fato, da complexidade que é esse tema. Ali estavam representados o Governo Federal, o Ministério da Educação Brasileira, juntamente com os reitores. Estavam presentes Ministros do Governo de Cuba, no propósito de conseguirem uma solução para a problemática que estamos tratando. Então isso passa por questões de políticas governamentais relacionadas a outras fronteiras. Não sei o quanto essa questão avançou, provavelmente não muito, porque a legislação atual das universidades não sofreu alteração e penso que não foi resolvida nada que fosse além do que se tinha estabelecido.

Como funcionam as universidades brasileiras hoje? Tem uma legislação federal que é a base para todas as universidades e trabalham também com suas legislações internas. A universidade tem, através do seu Conselho universitário, algumas normas para possibilitar a revalidação dos diplomas feitos em outros países.

Nesse sentido a experiência da Universidade Federal do Acre não é muito grande. Na história da Universidade, a base dos nossos cursos sempre foram os Cursos de licenciatura e alguns bacharelados. A nossa história nessa área começa com o Curso de Enfermagem. Atravessando o Rio Acre, a duzentos e quarenta quilômetros, na fronteira com a Bolívia, em Pando, têm uma faculdade que está formando acreanos, os quais não tinham condição legal de trabalho no Brasil dada a exigência da nossa

legislação. E as demandas nesse sentido, começaram a aparecer. E aí tem uma outra vertente que é são condições em que estão fazendo a revalidação desses diplomas. Então é por isso que algumas universidades não acreditam de forma nenhuma na revalidação do Curso de Medicina e isso não é diferente de Enfermagem e até de outros cursos.

É um verdadeiro comércio que tem se estabelecido dentro de algumas instituições, que por um lado demoram para responder a um processo e nem podem atender a todos que as procuram. Então tem uma demanda anual muito grande. E depende da legislação interna da Universidade e da sua capacidade de absorver essas demandas e paga-se caro.

Para a revalidação, no caso de Enfermagem há um descompasso muito grande na grade curricular do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Acre em relação ao da Universidade de Pando. Para revalidarmos os diplomas de Enfermagem foi formada uma turma de aproximadamente quarenta pessoas, e ainda tem quase duzentas querendo convalidar o diploma, mas a Universidade Federal do Acre não tem condições, porque nós não temos quadro de professores suficiente para atender simultaneamente as atividades de graduação de curso e de convalidação de diploma.

Aquela turma deu sorte, porque havia interesse de vários Prefeitos, fundamentalmente ali naquela área de Assis Brasil, Brasília e Epitaciolândia que estão ali perto, onde esses enfermeiros já estavam integrados à Rede de Saúde Municipal e os Prefeitos não queriam perder aquele quadro de profissionais que eles tinham lá. Então houve um aporte de recursos financeiros e a Universidade, através de um convênio com essas Prefeituras e o Governo do Estado, contratou Professores para atender especialmente aquela turma. E como eu disse ainda há mais de cem pessoas buscando a revalidação de seus diplomas. E a Universidade não tem condições de atender essa demanda, por quê? Porque a Universidade abre as matrículas para aquelas disciplinas que eles estão precisando, mas nem todas são oferecidas num calendário de rotina. Então a pessoa faz uma disciplina neste ano, e às vezes tem que esperar dois anos para fazer outra. Então, há um prazo considerado indesejável para quem está querendo fazer essa convalidação de imediato. Isso aconteceu no Curso de Enfermagem, porque também é regra do jogo que uma instituição só pode convalidar o diploma depois que ela formar a primeira turma. No caso de Medicina, hoje, nós não temos condições de revalidar nenhum diploma, porque ainda não houve a formatura da primeira turma. A primeira turma de Medicina vai se formar este ano. Então, a partir do ano que vem, por essa regra, a Universidade Federal do Acre, do ponto de vista credencial, estará pelo menos habilitada, não que ela tenha que fazer, mas ela já estará habilitada a receber demandas do Curso de Medicina de Cuba, da Bolívia e de tantos outros países que possam estar interessados. E aí nós já estamos numa discussão que é de vocês, mas que agora passa a ser também da Universidade Federal do Acre que tem que se preocupar com isso, porque as demandas da Medicina agora vão começar a aparecer. E aí nós estamos trabalhando com as legislações existentes.

Eu disse para o Genilson que a Universidade tem todo o interesse em resolver esse problema, assim como a Assembléia Legislativa, hoje, uma casa extremamente aberta, com amadurecimento político dos Parlamentares que abrem um espaço profundo. Agora, a Universidade também vive isso, pois o próprio Reitor também foi aluno da Universidade Federal do Acre, e a maioria dos funcionários da UFAC tem netos estudando lá, então todos têm compromisso com a classe estudantil, porque a gente sabe que a Universidade é para os alunos. Então, a Universidade está aberta para encontrar um mecanismo que não seja contra a lei. O que a Universidade traz aqui neste momento, eu já dizia para o Genilson em nossa segunda conversa, eu acho que ano passado, ele esteve conosco, este ano também, nós temos é que amadurecer e buscar soluções. Vocês têm uma proposta e eu preciso examiná-la juntamente com nossa assessoria jurídica.

Então, Senhores Deputados, o que eu poderia dizer neste momento é que a UFAC tem todo o interesse de resolver essa questão, mas precisamos ampliar essa discussão, inclusive incluindo o Conselho Universitário, o qual poderá ouvir a proposta dos alunos. E se for o caso, poderemos rever as nossas legislações internas que de alguma forma podem estar amarrando. Para a Universidade essa é uma experiência nova, mas a partir do ano que vem poderá ser uma rotina. Então temos que estar preparados para isso.

Quero parabenizá-los novamente pela atitude de vocês que demonstra o seu compromisso com este país ao buscarem, diante das dificuldades que lhes são apresentadas, uma solução para trabalharem aqui. Vocês não querem ficar em Cuba. Até porque vocês querem cumprir com o compromisso assumido, quando foram para lá. Na verdade, vocês querem

trabalhar aqui, querem atuar com a comunidade. E do ponto de vista da revalidação, uma questão fundamental é que o Curso de Medicina da Universidade Federal do Acre tem uma grade muito parecida com a de Cuba.

O professor Thor que está aqui e ajudou a construir o nosso Curso de Medicina, poderá falar que esse curso nasceu na Universidade Federal do Acre da forma mais moderna possível. Enquanto está em discussão, em nível nacional, a mudança nas estruturas do Curso de Medicina, aqui, nós já estamos colocando em prática tudo o que estava precisando ser mudado no curso; principalmente em relação à questão social, o nosso curso tem uma parte voltada para a família. Então, nesse ponto, eu já vendo uma luz no fim do túnel em relação à revalidação. Esse é um aspecto positivo para os estudantes de medicina de Cuba e da Universidade do Acre.

Muito obrigado!
(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Com a palavra o Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar do Estado do Acre, Dr. Thor Dantas.

Dr. THOR DANTAS (Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar do Estado do Acre) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, futuros colegas de medicina, bom dia a todos, eu estou na Superintendência da Fundhacre, sistema proposto para gerir a rede docente assistencial; que é justamente a integração dos serviços com o ensino. Sou também professor da UFAC no curso de Medicina. Ministro as disciplinas de doenças infecciosas e parasitárias; Clínica de Análise e Trabalho Científico, basicamente essas duas contribuem com o ensino de Metodologia e Clínica Médica na nossa universidade.

Reconheço que temos carência de profissionais na área médica nas regiões do interior do País, em especial aqui no Acre, mas o Estado vem investindo na formação do seu próprio quadro de professores na área de Saúde. Em função disso surgiu a residência médica aqui no Acre. Logo em seguida começou o curso de Pós-graduação Stricto-sensu, Mestrado e Doutorado, para que em seguida fosse implementado o Curso de Medicina na Universidade Federal do Acre. Assim, abrimos espaço para que pudéssemos estar formando o nosso médico e dando campo de especialização para ele também, através da residência médica. Esse processo que nós estamos vivendo no Acre é muito intenso.

Uma das saídas que encontramos para solucionar a carência de médicos no Estado do Acre, na época, foi trazer médicos de outros lugares, inclusive a maioria deles eram cubanos. Essa experiência foi um tanto quanto desastrosa, porque temos um grande problema no exercício dessa profissão que é muito técnica, mas que é essencialmente humana. É muito difícil trabalhar na área de Medicina enfrentando barreiras, como foi na época, a questão da língua. As pessoas que vieram tiveram dificuldade para realizar o que estávamos pensando, ou seja, atuar na Medicina capitalizada, que não é dentro de hospital, não é um super especialista para fazer uma cirurgia, que às vezes nem conversa com o paciente, o mesmo já entra anestesiado no centro cirúrgico. Estamos falando de alguém que está cursando medicina familiar, lá na ponta, que tem um contato direto com a comunidade e precisa entender a linguagem da comunidade. Isso não deu certo.

A situação agora é totalmente outra, visto que estamos falando de brasileiros que estão estudando fora e brevemente estão voltando para sua terra natal. É uma situação completamente diferente da anterior. Hoje, por exemplo, não enfrentamos essa barreira da língua.

A revalidação dos diplomas é um processo necessário atualmente, não temos como fugir dela. Hoje, estão falando no Brasil em exame de Ordem para Médico. Isto é, o médico para exercer a profissão não bastará apenas o diploma e sim terá que fazer uma prova de exame de ordem, a exemplo da Ordem dos Advogados. Essas exigências para exercer a profissão são cada vez maiores. Hoje em dia, por exemplo, um médico no Brasil pode exercer qualquer especialidade. Não precisa ter o título de especialista. Ele se forma e já tem o CRM revalidado, podendo realizar uma microneurocirurgia, desde que ele se ache capacitado para isso. Chegará um dia em que para se realizar uma cirurgia neurológica, ele terá que provar que é neurocirurgião. Hoje em dia isso não é exigido, agora se ele obviamente for mal sucedido numa cirurgia, então iremos cobrar dele: Você fez residência em neurocirurgia? Onde? Como é que você se mete a fazer um negócio desse se você não sabia? Ele pode incorrer em erro médico por realizar um procedimento clínico que não está apto a fazer. Mas se ele for bem sucedido, ninguém vai lhe questionar. É um direito dele. A prática da medicina está mudando velozmente. Futuramente teremos que fazer prova no exame de

ordem e teremos que comprovar a especialidade naquela área. Esse processo de testar as pessoas é inevitável.

O processo de revalidação de diploma de brasileiros que estudaram no exterior é uma situação totalmente sem governo, sem controle, anárquica e injusta. Cada universidade estabelece o critério que quer, exige-se mais desse estudante do que das provas de residência, isso é verdade. Um médico quando termina seu curso e quer fazer especialização, ele faz uma prova de residência, se for aprovado, passa três anos e sai especialista em pediatria, em cirurgia ou em clínica nas diversas especialidades. Se ele fez essa prova e foi aprovado, supõe-se que ele tem proficiência para ser médico, porque está sendo aceito num curso de especialização médica. Essa prova já foi tida como um parâmetro a ser observado na hora da revalidação do diploma. Poderia ser uma prova, tipo a da residência médica, mas a realidade é que o sistema, hoje, adotado no Brasil é perverso, impõe uma dificuldade maior ao médico que vem de fora. Eu acho que o critério deveria ser o mesmo um profissional que se formou fora e que está chegando aqui com uma série de barreiras para vencer, mesmo que seja um brasileiro, ele ficou 6 anos estudando numa outra língua, eventualmente ele terá dificuldade, como é o caso de acentuação gráfica das palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítona. Ele terá que enfrentar dificuldades como a Neumonia e encefalopatia, porém terá que superá-las. E nós ainda impomos uma dificuldade a mais, desnecessária. Eu digo a todos vocês: o processo de revalidação de diploma no Brasil não é uniforme, portanto há interesses pessoais. Sempre nessas situações há, inclusive, interesses econômicos como o Reitor Jonas falou, pois o custo é caríssimo e estes processos precisam ser revistos para se tornarem mais justos.

Hoje, a UFAC será o nosso caminho, não tenho dúvidas. Vamos revalidar os diplomas de médicos acreanos que se formaram fora. Esse é o nosso caminho. Agora temos que construir critérios para esse caminho, de forma que seja justo, dentro das normas, como disse o Reitor Jonas. Eu concordo com a ideia do internato, acho excelente para podermos fazer intercâmbios, porque isso prepara para a atividade do dia-a-dia.

As dificuldades, como o professor Jonas coloca, são diversas, mas nós vamos enfrentar todas num processo transparente e justo. Precisamos de uma agenda de trabalho conjunto, para que possamos colocar esse tipo de coisa na mesa de trabalho e fazer acontecer. Essa é mais uma missão nossa e a Universidade Federal do Acre não tem como fugir dessa missão, pois a demanda é justa e temos que estar dispostos a fazer aquilo que se espera que façamos.

Quero parabenizar os estudantes do curso de Medicina de Cuba pela iniciativa. Tivemos a oportunidade de ouvir a entrevista de alguns nos meios de comunicação e a explanação inicial também e vi como esses alunos são pessoas que têm uma articulação intelectual muito boa, com um pleito que é muito justo. Nós estamos à disposição para encontrar os caminhos de forma justa, porque é uma demanda do nosso Estado e não podemos nos negar a enfrentá-lo.

Muito obrigado.
(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Com a palavra o Deputado Donald Fernandes.

Deputado **DONALD FERNANDES** (Líder do PSDB) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Sr. Jonas Filho, Reitor da UFAC, Dr. Thor Dantas, Presidente da Fundhacre, estamos diante de um assunto delicadíssimo e temos que tratá-lo sem muitas emoções, porque revalidar os diplomas não é a solução imediata para o problema médico do interior. A quantidade de alunos é tamanha e a própria faculdade não terá condições de atender a todos.

A questão precisa ser tratada com seriedade e profundidade. A lotação de médicos em municípios do interior não depende da boa vontade dos médicos ou do pagamento de bons salários, depende de condições de trabalho e de vida do profissional.

O que existe, na verdade, é um absurdo fracionamento do sistema único que está a dificultar cada dia mais a sua operacionalização. Não existe paciente de Município, de Estado ou de União. Existe paciente do SUS. Da mesma forma, não pode existir equipe de saúde, do município ou do Estado, senão do SUS. Esse é o verdadeiro motivo do caos atual, onde cada esfera de governo faz o que bem entende e cada um se vira como pode.

Precisamos é de políticas da saúde desvinculadas de ingerências política-partidárias, onde a atuação seja toda ela voltada ao atendimento exclusivo da população, de tal forma que o sistema funcione como tal e o paciente, após entrar por qualquer uma das chamadas “portas”, chegue até onde seja preciso, sem ter que apelar a favores de políticos ou de parentes

para conseguir encaminhamento e fichas para atendimentos ou para cirurgias.

A falta de médicos para atuar em municípios afastados não está vinculada à questão da revalidação de diplomas. No Brasil, há mais de 300 mil médicos. Todos os médicos formados em Cuba ou em qualquer outro lugar, imediatamente, após revalidar seu diploma, abandonam o município onde estavam e não mais retornam e o faz com toda razão. Primeiro, porque como qualquer outro profissional, o médico quer trabalhar com boas condições e remuneração e isso ele sabe, jamais conseguirá em municípios afastados e isolados.

Quantos engenheiros, contadores, farmacêuticos, nutricionistas, advogados, arquitetos há em Tarauacá, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo e Santa Rosa? Para não ir muito longe, recordemos que a contabilidade da Prefeitura de Xapuri é feita pelo mesmo contador que faz a de Capixaba, porque não há outro. Para trabalhar hoje no SUS, o médico deve submeter-se a concurso público para ascender ao cargo de médico e ali fazer carreira para poder se aposentar após 35 anos de serviço. Não se trata, por outro lado, de apenas remuneração. Um médico sozinho, sem estrutura e nem condições de trabalho, nada faz.

Para quem não conhece a questão parece fácil, mas não é. O SUS, enquanto sistema único, foi dividido em campos de atuação. Hoje, cabe aos municípios a execução daquilo que se chamou de Gestão Plena de Atenção Básica Ampliada, que implica na realização de ações para o controle da tuberculose, a eliminação da hanseníase, o controle da hipertensão, a eliminação da hanseníase, o controle da diabetes mellitus, a saúde da criança, a saúde da mulher e a saúde bucal. Essas ações são desempenhadas em unidades de saúde ou módulos de saúde da família, mas conhecida como postos, os quais devem estar equipados com instrumentos, recursos humanos e medicamentos. Como se trata de atendimento de caráter mais preventivo do que curativo, eles devem ter Suporte de uma outra unidade de saúde que possa resolver os problemas das pessoas atendidas nos postos e isso não existe no Estado. Daí que o paciente não é atendido e nem encaminhado e quando o é, se trata de casos extremamente graves, já que os demais têm de apelar aos seus próprios recursos para conseguir atendimento em unidade de média ou alta complexidade, estas a cargo do Estado ou da União. O SUS precisa ser estruturado como tal, sem qualquer tipo de discriminação de seus profissionais.

As carreiras existentes no SUS devem ser entendidas como carreiras de Estado e não como vínculos de cada esfera de governo. A cada esfera de governo cabe o gerenciamento dos recursos do SUS e nada mais. Isso, inclusive, evita a ingerência política e a manipulação dos profissionais que devem ser contratados. Já a questão da revalidação é outra história que deve ser resolvida com as universidades.

Por fim, recordemos que se trata de uma questão de cidadania e de respeito aos cidadãos que moram em municípios mais afastados. Eles, como brasileiros, têm direito de serem atendidos por médicos habilitados, competentes e que contem com meios para resolver os seus problemas de saúde. Nada há que justifique colocar nos municípios do interior médicos recém-formados e sem experiência como única e permanente alternativa. Tampouco pode servir de argumento o tal convênio, para obrigar os médicos formados em Cuba a trabalhar no interior, só pelo fato de não serem habilitados. Isso é pena, não solução e somente pode terminar provocando maiores problemas, já que os confinados, assim que expirada sua pena, devem abandonar o local, como acontece com os irregulares que hoje estão atuando no interior.

Obrigado.
(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Com a palavra a Deputada Naluh Gouveia.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, companheiros da Mesa, Dr. Thor, Dr. Osvaldo, Reitor Jonas, nós temos um problema grave, quando terminamos uma faculdade, seja de qualquer curso e começamos uma carreira profissional.

Quando eu fui ser professora de pré-escola, eu tive muita dificuldade por não ter experiência e por isso eu não poderia ser comparada a uma professora que já estava há muito tempo lecionando. Isso é óbvio. É lógico que quem vai fazer uma faculdade ou quem está terminando um curso agora, só vai adquirir experiência no decorrer de sua vida profissional para que possa vir a ser um Thor ou um Osvaldo, é lógico. Agora se a pessoa não começar a trabalhar logo, ela nunca vai ter condição de ser um bom profissional. Esse é o grande dilema de quem quer adquirir experiência. O problema é que tem que ter uma coisa muito sua, que é a competência e

o seu empenho como profissional.

Eu vou dizer uma coisa para os Senhores, nesse ponto Cuba tem demonstrado muita experiência ao mundo, haja vista que lá, eles têm competência e compromisso. Hoje, Cuba leva experiência para todo lugar no mundo. O que não dar mais para acontecer é o que vemos hoje no nosso Estado, isto é, cada um de vocês que são do nosso Estado ficam atrás de político ou sacrificando suas famílias para conseguirem revalidar seus diplomas.

Os gestores estão aqui, a fim de encontrarem uma solução. E vocês foram mais além, pois encontraram a solução. Vocês estão propondo uma solução para os gestores, para a Universidade Federal do Acre que muitas vezes vive isolada da sociedade. Agora, a Universidade com a participação do Reitor Jonas está saindo da clausura em que vivia, para ver os problemas do dia-a-dia. Eu mesma fui aluna da Universidade Federal do Acre e em 84, nós fizemos a primeira greve, porque no Curso de Letras não havia Espanhol. Era uma vergonha para a Universidade que o Curso de Letras tivesse Francês, Latim e não tivesse Espanhol. Então, eu não podia ir para o Peru e para a Bolívia, porque não sabia falar com os “hermanos e hermanas”.

Nós não podemos deixar de discutir aqui, a questão do corporativismo e dos médicos que já estão estabelecidos neste Estado. E muitos desses médicos, nós temos o maior respeito por eles, mas a maioria se tornou fazendeiro e não está ligando mais para nada, porque eles já têm uma vida consolidada. Nós temos muito respeito por alguns desses médicos que nos ajudam no dia-a-dia, mas muitos deles já estão com suas vidas consolidadas e não querem subir barranco de rio; não querem pegar em barriga de menino com verme; não pegam nem na mão; alguns não levantam nem os olhos; alguns dizem para as mulheres abrirem as pernas para eles fazerem o exame ginecológico, como se isso fosse uma coisa fácil. Abrir as pernas para quem amamos e é nosso amante é muito fácil, mas abrir as pernas para quem não conhecemos é muito difícil. E o homem tem a mesma dificuldade que a mulher para fazer aquele exame de toque da próstata. O meu sogro disse: “Eu sou homem macho. É bem capaz de eu fazer uma coisa daquela”.

Quem é que vai para os municípios? Os muito bacanas, com valiosas e gloriosas exceções, mas quem vai? Quais os bacanas que vão? Duvido, meu filho! Agora uma coisa é certa, Deputado Edvaldo, Jonas, e Osvaldo e companheiros, nós temos que colocar critérios rigorosos, para que as pessoas possam ficar aqui, sabe por quê? Porque tem um monte de bacana, de professor da Universidade que vem fazer curso de pós-graduação, doutorado e mestrado, aqui no Acre, e quando concluem o curso vão embora; outras chegam aqui arrastando uma cadelinha, sem nada na vida e quando enriquecem vão embora. Então, nós temos que adotar critérios bem claros, para não deixar isso acontecer; mas eu tenho certeza que vocês que estão aqui hoje, não vão fazer isso.

Obrigada.
(Sem revisão do orador).

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Com a palavra o Deputado Juarez Leitão.

Deputado **JUAREZ LEITÃO** (PT) - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, pessoal da Imprensa, assistentes presentes no salão do povo; quero cumprimentar os alunos que cursam Medicina em Cuba e aqui estão nessa empreitada.

Início dizendo que quem primeiro comentou sobre corporativismo aqui foi o nosso Presidente, quando falou ao Genilson para se acostumar. Depois veio o Deputado Donald, que nós muito respeitamos, expor a sua opinião, embora ele não concorde com o que vocês pensam, por achar que não é o melhor para o Estado do Acre.

Eu não vou aprofundar-me nessa área de saúde, de faculdade, porque não conheço e se fosse falar poderia dizer mais besteiras do que o que já vou dizer. Se formos ver o tempo que o Acre como Território e como Estado e a época que temos Faculdade de Medicina, é uma grande discrepância. Então realmente há uma necessidade de se fazer esse debate sobre Medicina. E o que eu vejo, porque eu tenho sofrido isso na pele, pois nasci pelas mãos de parteira e minha mãe nunca soube o que é um pré-natal. Tenho muitos companheiros vivendo nessas condições.

Se formos visitar os seringais do Estado do Acre, por mais que o Governo da Floresta e o Senador Tião Viana tenham feito o Saúde Itinerante neste Estado, ainda iremos nos deparar com pessoas de 50, 60 anos, que nunca foram a um médico para se consultar. Não dá para achar que está tudo bem e aceitarmos os índices que foram colocados pelo Genilson e dizer que 42% dos médicos no Brasil estão no Rio de Janeiro e São Paulo.

Temos uma população com carência de profissional nessa área,

então peço aos estudantes de medicina que estão se formando, para trabalharem com o povo. E, se Deus quiser, Deputada Naluh, vamos resolver essa situação para que a nossa população possa ser melhor atendida.

Não podemos em nome de uma burocracia, que não fomos nós que inventamos, deixar que esses problemas perdurem. Regras existem, mas podem ser quebradas.

Recentemente estive no Peru e tive a oportunidade de está lá no dia do aniversário do país, e fomos em casinhas pobres, com pessoas sujas, mas lá estava a bandeirinha do país empunhada. Já no Brasil existe uma falta de patriotismo muito grande. Pessoas que se formam em Medicina estão exercendo a profissão no Sul, no Nordeste ou Centro-Oeste por não terem coragem de subir o barranco, como disse a Deputada Naluh.

Muitos dos profissionais citados pelo Dr. Donald chegam no interior dizendo que não há condições de trabalhar e por isso vão embora, às vezes falta o patriotismo do qual citei. Eu não sou médico, mas acho que com uma anestesia, soro e um bisturi dá para curar e aliviar algumas situações da população.

Então é isso que eu queria dizer e tenho certeza no que depender desta Assembléia Legislativa vamos fazer o possível para que tenha mais médicos neste Estado, para que a saúde não fique monopolizada na mão de meia dúzia de pessoas. Não queria colocar todo mundo na mesma vala, porque os próprios dedos das mãos não são iguais, existem pessoas responsáveis e outras irresponsáveis, mas a vida humana tem que ser tratada com o valor que ela tem e não desprezada.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Com a palavra o Deputado Moisés Diniz.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero cumprimentar o nosso Reitor, nosso Secretário, nosso Presidente da Fundação e essa juventude brasileira que fica cinco anos fora de casa e sabe da dificuldade que é ano conseguir passagens para vir ver a família; juventude essa que está vindo aqui apresentar uma proposta para o Governo do Estado.

Como disse o Dr. Thor, antes da chegada do Secretário, o Governador Binho Marques está aberto para esse debate. E numa conversa que tivemos com ele e o representante de vocês, o Governador se mostrou bastante interessado.

Eu não vou fazer o discurso que eu iria fazer, porque a Deputada já fez com o seu sentimento, com o seu coração, que não é Deputada do interior, mas soube acolher no seu coração muito bem o sentimento de revolta que, às vezes, toma conta da gente, quando vemos a morte aos nossos pés, todos os dias no interior e não temos como resolver o problema, porque lá, falta o profissional de Saúde.

O Deputado Donald tem suas razões como médico, porém não vou entrar no debate da corporação de médico, de engenheiro ou qualquer outra profissão, mas eu acho que nós vamos encontrar o caminho. Eu não sou especialista, mas se tem um caminho, eu acho que é ir a uma universidade e pagar. Depois que assumi o mandato, eu já paguei passagens para pessoas irem para o Sul fazer a prova. Então, se tem um caminho jurídico, para eu pagar e ter meu diploma, eu acho que essa é uma brecha, e não é nem uma brecha, é uma porta escancarada.

Nós temos aqui uma Assembléia Legislativa que tem vontade política; uma Universidade, na pessoa do Reitor, que está com as portas abertas para o debate; nós temos o Governo do Acre que já se colocou a disposição desse debate; nós temos, atualmente mil garotos e garotas querendo revalidar seus diplomas, e nós temos no Estado uma necessidade muito grande, especialmente no interior do trabalho desse s jovens. Então, para mim é muita sopa no mel para não dar certo. Só defendo que formemos um grupo de trabalho representando os estudantes, a Universidade, o Governo do Estado a Assembléia Legislativa para iniciarmos todos os procedimentos que devem ser feitos, nesse sentido. Portanto, estão de parabéns os estudantes e as autoridades que aqui vieram.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Com a palavra o Deputado taumaturgo Lima.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputadas Naluh Gouveia e Idalina Onofre, Imprensa, estudantes do Curso de Medicina da Escola Latino Americana de Cuba, quero apresentar a minha posição a respeito deste assunto.

Vemos que é um problema na Amazônia, principalmente no Norte e Nordeste, a falta de profissionais na área da saúde. Tenho certeza, Deputada Naluh Gouveia, que não vai ser essa medida que vai resolver o nosso problema. Não que eu seja contra. Acho que eles estão corretos em reivindicar, porque a forma como é feita a revalidação do diploma é injusta e até impossível de muitos alunos realizarem, pelo preço, pela forma e modelo que são colocados. Mas nós aqui, na Amazônia, temos problemas que queremos resolver, mas a proposta que vocês apresentaram referente ao apoio que irão dar para o Estado, é pouco. Eu sugiro que essa proposta fosse revista, porque sou a favor da revalidação de uma forma justa criteriosa, portanto acho que a mesma deve ser ampliada, porque temos 22 municípios no Estado do Acre, onde não existe médicos e a questão da revalidação não vai resolver. Conheço médicos que tiveram em Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Marechal Thaumaturgo, que são municípios distantes e quando revalidaram o CRM, a maioria deles foi embora e não deram nenhuma contribuição ao povo acreano. Isso é uma injustiça, é uma covardia, porque utilizaram o Estado e depois quando estavam de posse do seu diploma, com o seu CRM, já não interessava mais ficar no nosso Estado. E como o próprio Felipe colocou tem médicos sobrando no Brasil. A questão é que precisamos, aqui no nosso Estado, de profissionais na área de saúde que realmente venham para cá e dê a sua contribuição também, pois iremos nos dispor a contribuir, dentro da legalidade, para que vocês possam ter um processo justo na revalidação do diploma de vocês.

Quanto a esta questão de corporativismo, isso não vai acabar, existe em qualquer atividade profissional e vocês, quando tiverem o CRM, vão ser corporativistas também, vão defender seus direitos, agora têm que fazê-lo de forma justa, criteriosa, porque vocês vão se formar para prestar serviço de qualidade ao povo brasileiro, pois foi para isso que o Governo brasileiro firmou convênio com o Governo de Cuba. Porém não é justo que depois de formados, esses critérios venham dificultar a revalidação do diploma. Queria dizer aos alunos estão presentes aqui, que o que é importante é a revalidação do diploma, mas o povo acreano precisa de compreensão, da atitude dos senhores, para que possam dar uma contribuição, não de um ano de trabalho, Felipe, mas de três a cinco anos, para ajudar o povo do Acre. Era esse o pedido que eu queria fazer e podem contar com o meu apoio.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Com a palavra o Deputado Walter Prado.

Deputado **WALTER PRADO** (PSB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, acreanos aqui presentes e estudantes de Medicina dos demais Estados, Imprensa, eu os saúdo com a paz de nosso Senhor Jesus.

Deputado Edvaldo Magalhães, sinto-me imensamente feliz no dia de hoje por estar participando deste debate necessário, no qual poderemos encontrar uma solução para o problema da falta de médico no interior do Acre. Acho que o clima nos permite citar uma passagem da Bíblia que diz: “Ainda que eu destruísse toda a minha fortuna para o sustento dos pobres e ainda que entregasse o meu corpo para ser queimado, e não tivesse amor, nada disso aproveitaria”. Eu conheço médicos que passaram mais de vinte anos trabalhando na cidade de Tarauacá, onde eu me criei, e lá as condições eram as piores possíveis. O Dr. Tomé, o Baba, como é conhecido, e também o doutor Jasone, ficaram anos prestando um relevante serviço à população, porque têm esse sentimento de amor para com o povo do Acre. Eu acho que esse debate, Dr. Donald, é da maior importância. Inclusive, na minha família tivemos esse problema, pois uma prima minha formou-se na Bolívia e teve dificuldade para revalidar o CRM e poder trabalhar no Acre. Eu quero me colocar à disposição para participar como Deputado, deste grande debate, porque ele não é dos médicos, não é da Assembléia, não é da Universidade, esse debate é dos povos da floresta, dos injustiçados, dos que estão no interior.

E creio, Reitor Jonas, e meu Secretário de Saúde e amigo, pessoa que tem demonstrado desejo de servir da melhor forma possível, que nesse debate podem ser discutidos os aspectos jurídicas para elaboração de um concurso para os profissionais que forem designados a trabalhar no interior do Estado. Eu creio que, à luz do direito, não há nenhum impedimento de ordem legal. E a partir daí, à medida que pudesse revalidar esse diploma aqui no Acre, com certeza, o médico já vai ter incorporado a angústia da população do Acre no que diz respeito à saúde pública.

Num município como o Jordão, por exemplo, o profissional tem que ir para lá disposto a trabalhar com amor. Essa história de dinheiro é importante na vida, porém não podemos esquecer o sentimento de solidariedade humana. Como já disse a Deputada Naluh, o que se vê na

prática são as pessoas virem para o Acre fazerem fortuna rapidamente. Mas eu confio nessa juventude sadia, correta. E esse sentimento que o Dr. Expressou em nome de todos, nos faz acreditar que estamos diante, Secretário Osvaldo, de um problema que é essencialmente dos povos que vivem com pouca prevenção de saúde, nas florestas, nos seringais, nas beiras dos rios. Então, é com esse sentimento que me coloco, Deputado Edvaldo Magalhães, na condições de Deputado, à disposição para que possamos fazer o bom combate. Muito obrigado e, se Deus quiser, teremos solução para isso.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Com a palavra o Secretário de Saúde do Estado do Acre, Sr. Osvaldo Leal.

Sr. OSWALDO LEAL (Secretário de Saúde do Estado do Acre) - Bom dia a todos, meus cumprimentos ao Presidente da Casa, Deputado Edvaldo Magalhães, colegas da Mesa, Nobres Deputados, estudantes presentes nesta audiência. Esse debate é absolutamente complexo e envolve uma série de nuances, uma série de fatores que não podemos desprezar, sob pena de cometer equívocos. Estamos falando claramente de dois temas importantes: o primeiro diz respeito a dificuldade de fixação de médicos em áreas do interior do Estado de difícil acesso, que não é exclusividade do Estado do Acre, toda a região amazônica sofre com isso, os municípios do interior do país, principalmente os do Nordeste também sofrem com isso; e a outra situação que se traz é de grupos de pessoas, sejam formados em Cuba, na Bolívia, no Peru, na Nova Zelândia, na Austrália, nos Estados Unidos, que optam por fazer, nesse caso o curso de Medicina, reconhecendo que pode ser melhor, que existem alguns facilitadores e a necessidade de, no retorno, revalidar os conhecimentos que foram adquiridos.

Eu acredito que hoje, por exemplo, não estamos tratando única e exclusivamente da situação de estudantes que estão em Cuba fazendo o curso de Medicina e estão retornando para o país com essa necessidade de revalidação do diploma, para poderem exercer a profissão. Eu incluo nesse grupo todas as pessoas que saem do Brasil, para fazer o curso de Medicina. Ultimamente eu vi até propaganda de universidades argentinas convocando pessoas aqui do Acre para fazerem um curso de medicina naquele país a preços camaradas, parcelados em doze vezes, sem juros no cartão de crédito. Então, esse é o mercado. Apesar de fazermos parte do Mercosul, não sabemos como essas barreiras serão quebradas. O Estado brasileiro precisa fazer essa discussão urgentemente.

O colega colocou que hoje tem um médico para cada seiscentos e vinte brasileiros. O problema é que eles se concentram em regiões metropolitanas. Então, nós não temos problemas de quantidade de profissionais. Nós temos problemas de interiorização desses profissionais. E isso reflete outra verdade. A verdade dos processos formativos no Brasil. O Brasil seguiu e ainda segue fortemente o modelo de formação que é centrado na alta tecnologia, é centrado na área das doenças, no modelo que se baseia no hospital, no consultório, na incapacidade nossa, ainda enquanto país, de dar resposta à saúde e não à doença. E esse modelo, logicamente, não oferece a possibilidade de um médico formado pensar em ir para o interior do Estado: “Eu vou fazer o que, se eu quero estar perto da tomografia, da ultra-sonografia, se eu quero me especializar na cirurgia de mão?”. Essa é a lógica que não vivemos no mundo ocidental, a única exceção a esse modelo, claramente, enquanto política de Estado, é a política de formação de Cuba. Os outros países do ocidente trabalham nessa perspectiva.

E aí tem algumas discussões que precisamos fazer em relação a essa questão: Primeiro, acredito que do ponto de vista de um estudante que se forma numa universidade pública brasileira já está mais do que na hora de inserirmos no debate a idéia de um serviço que possa compensar o investimento da sociedade. Então, a idéia que o Presidente Lula, inclusive, colocou algum tempo atrás, do serviço civil obrigatório, isso é fundamental, isso não é obrigar, é oferecer a possibilidade da sociedade ter um retorno do investimento que fez nesse profissional. Infelizmente, nós não temos essa política nas universidades públicas, isso talvez não seja até um problema interno da universidade, mas uma política de Estado efetivamente.

Como é que a sociedade pode ser recompensada pelo investimento de seis anos de um profissional que faz uma universidade federal. Quanto eu custei para a Universidade Federal de Pernambuco e qual o retorno que eu dou para a sociedade? A possibilidade de retorno é nenhuma, ela é subjetiva. A maioria vai traçar o seu caminho individual, vai consolidar a sua profissão, e não raro vai buscar o mercado privado. Então, hoje nossas universidades públicas formam pessoas para o mercado privado, isso é muito claro. No Brasil ainda temos esse forte apelo de pessoas que

são formadas em instituições públicas e buscam o mercado privado, que está cada vez mais fechado. Aí, o que acontece: O Sistema Público de Saúde vira “bico”. Eu tenho um vínculo com o Estado para garantir um salário fixo, mas o meu interesse mesmo é na iniciativa privada. Para vocês terem uma idéia de como isso é complicado, tem 15 anos que o SUS está estabelecido no País. Só em 2001 nós conseguimos fazer a reforma do Sistema Educacional baseado nos princípios do SUS. Ora, como é que eu tenho um Sistema Público de Saúde constitucionalmente definido, legitimado e as universidades públicas e privadas não formam pessoas para esse Sistema que é constitucional? Passamos 12 anos formando profissionais com foco diferente do foco do Sistema Único de Saúde. Esquizofrenia pura.

Só em 2002 o MEC resolve mudar radicalmente a orientação curricular dos cursos da área de saúde, principalmente do curso de Medicina. É o que nós seguimos aqui na Universidade Federal do Acre. Em relação ao que foi feito efetivamente, acho que vale a pena pontuar rapidamente que são coisas que aparentemente não surgem no debate, porque isso tem um apelo, inclusive, muito pequeno, mas o Acre já trabalha há 8 anos com essa perspectiva. O Acre tem como prioridade o processo formativo inserido na rede de cuidados há 8 anos. O Acre tem um curso de Medicina formatado para as necessidades regionais. Os estudantes do curso de Medicina da UFAC, do qual eu tenho orgulho de ser hoje docente licenciado, têm essa perspectiva. As pessoas vão para o campo na primeira aula. Então, eu tive também o privilégio de ser o professor da disciplina que leva os estudantes para o primeiro contato com a comunidade. Isso é muito importante.

Nos cursos tradicionais de Medicina a primeira aula é numa sala de anatomia, com cadáveres estendidos na mesa e o professor falando de quem já foi. Quer dizer somos exceção, começamos o curso falando de vida.

Você vê isso como se fosse a coisa mais natural do mundo, mas se fizermos uma autocrítica veremos que tem alguma coisa muito errada. Como é que um curso de Medicina pode começar por uma aula que fala de morte, que fala de estrutura física, que não debate sequer a morte, que está ali representada por um corpo sem vida. O nosso curso leva os estudantes para as comunidades e eles ficam absolutamente assustados. No início tem sempre uma grande movimentação, porém, no final da disciplina já está todo mundo integrado à comunidade. O processo formativo está equivocado e isso é que tem que mudar e está mudando.

A residência médica é responsável por uma coisa absolutamente fantástica e vocês não têm idéia disso. Até o fim de 99, quando eu cheguei ao Acre, o meu registro profissional, Presidente, era o de n. 552. Oito anos depois nós já passamos de mil. Então, nesse período nós dobramos o número de inscrições no Conselho Regional de Medicina, mesmo assim estamos longe de atingir um número suficiente de profissionais.

O concurso de 2006, Deputado, já previa a regionalização. A partir dessa data o médico faz concurso para uma regional de saúde. Ele não pode pedir transferência para outra regional, a não ser que haja um motivo de força maior e isso tem que ser feito com concordância do gestor maior. Eu acho que isso é mais importante.

Devido essa nova iniciativa do CRM de buscar os profissionais do interior do Estado que estão sem registro profissional, tivemos que fazer um debate sobre essa situação, inclusive, o Deputado Luiz Gonzaga participou dessas audiências públicas. E pela primeira vez se conseguiu formar uma comissão para discutir essa problemática. Então, hoje em dia existe uma comissão estabelecida através de Portaria, da qual a Secretaria de Saúde está liderando esse processo por um motivo muito simples: A Secretaria hoje não tem nos seus quadros nenhum profissional exercendo a profissão sem o registro. Então, ela pode atuar, logicamente, como mediadora desse processo. Teoricamente, a Comissão não deveria participar, todavia ela quer estimular este debate. A Comissão é formada por membros da Procuradoria, do Ministério Público, inclusive por representantes aqui da Assembléia, da Câmara, da Prefeitura e da própria Secretária.

Concordo com o Deputado Taumaturgo quando afirma que o foco do problema não é a revalidação do diploma, porque sinceramente, nós já somos conhecedores dessa questão. Eu conheço Prefeitos como os de Marechal Thaumaturgo, Mâncio Lima, que estimulam os médicos a terem seus diplomas. Inclusive eles pagam passagens, estada e quando o sujeito consegue a revalidação fica dois, três meses nesses locais e depois vai embora. Não há nenhuma garantia hoje que esse profissional com registro permaneça no local, a não ser a garantia efetivada através de concurso público e aí concordo com o Deputado Donald, temos que pensar numa carreira de estado para os profissionais de saúde, não acho que seja restrito ao médico, mas aos profissionais de saúde de forma geral e que atuem na atenção básica, porque por incrível que pareça o nosso maior problema não está nos hospitais, apesar de ser o que aparenta, mas o nosso maior

problema está em investimento público, na necessidade posta, porque essa necessidade a União, o Estado, a Prefeitura tem a obrigação de resolver. Porém, o Estado tem uma dificuldade muito grande, de uma forma em geral, de entender que esse processo é resultado de uma ação que deixou de ser feita, por isso que o principal desafio é na atenção básica. É por isso que o Estado do Acre, hoje, está conveniado com pelo menos vinte prefeituras, para repassar recursos para a ampliação, inclusive, da atenção básica. É fundamental ampliar esse apoio às Prefeituras para cobrir a atenção básica.

A dificuldade com relação a revalidação, hoje, diz respeito aos critérios utilizados pelas universidades credenciadas, os quais são muito diferentes. São critérios que envolvem uma questão pecuniária importante. Eu acho que esse é um dos maiores problemas que vivemos.

Hoje têm universidades que cobram em torno de seis mil reais para que os alunos tenham acesso a revalidação. E essas universidades não garante que a complementação curricular seja feita nos seus quadros. Então, essa é uma coisa muito irreal: Eu entro com um processo, pago um valor exorbitante e não tenho a garantia que a complementação curricular seja feita na universidade escolhida. Aí sabe o que acontece? O aluno geralmente procura uma universidade privada, que está aberta a tudo isso, porém tem que pagar por aquelas disciplinas que geralmente têm uma carga horária muito elevada. Então, tem duas coisas muito equivocadas no processo de revalidação. Existem duas propostas: a da realização de uma prova única, do Senador Tião Viana, ou a análise do currículo e a partir daí o aluno faz a complementação e a prova. Eu acho que essa é uma alternativa viável, o qual temos que discutir. Temos que oferecer a uma grande universidade brasileira a possibilidade de centralizar esse processo e aí não vamos ter esse problema pulverizado.

E a outra alternativa é utilizar o ingresso na residência médica como avaliação, que eu acho que esse critério já não é muito bom, porque basta um estudante acessar um curso menos concorrido, que ele passa com uma nota muito baixa e isso não garante a qualidade da revalidação especificamente.

O Estado do Acre já tem um programa de Pós-Graduação que aceita estudante sem certificado, não sei se vocês sabem disso. O estudante atua com um registro provisório.

E, para finalizar eu acho que a garantia que temos, Deputada, é muito mais uma garantia moral do que uma garantia expressa em algum documento, até porque os compromissos escritos têm duração. Hoje, nós só podemos ter o compromisso de alguém que financiamos. Então, se o Estado envia alguém para estudar durante dois anos, ele assina um termo de compromisso em que se compromete a exercer a profissão naquele lugar por igual período, ou de devolver aos cofres do Estado o investimento que foi realizado durante esse período.

Então, nem com esse grupo ou com qualquer outro, nós temos a garantia efetiva de que essas pessoas permanecerão no lugar em que foram colocadas. Existe apenas a garantia do compromisso moral e não podemos estabelecer isso como regra, porque em algum momento o sujeito pode dizer: “olha, eu estou indo embora, eu tenho uma proposta melhor, não era isso que queria. Eu tenho esse direito de me deslocar livremente e buscar o que é melhor”. Isso não garante efetivamente a permanência do médico no Estado.

Vai ter um concurso agora, já em 2008, para interiorização desses profissionais e ampliado para todas as profissões da Saúde, Deputado Donald. Estamos olhando também para a atuação da atenção básica. Esse processo tem recurso garantido pelo Governo. É uma ação estratégica da nossa Secretaria e começa a funcionar agora com um grupo de 12, 24 pessoas. Não foi definido ainda o número de vagas. Todavia, temos que pensar numa forma de acompanhar essas pessoas, porque precisamos ter aquela coisa da preceptoria que o Senhor conhece. Precisamos encarar de frente esse problema, que não será resolvido com a saída dos médicos sem registro do interior, mas com a proposta de substituição efetiva desses profissionais ou de garantia de exercício profissional por algum tempo, enquanto as pessoas com registro não atuam nesses lugares. E volto a dizer: o foco é na atenção básica. Hoje nós temos cento e vinte e cinco equipes atuando no programa de saúde da família no Estado do Acre

e a metade dessas equipes são operadas por profissionais sem registro. Então, esse debate é importante, pois se trata de uma coisa grave que estamos vivendo e não se resolve simplesmente afastando essas pessoas.

Muito obrigado!

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Companheiros Deputados e Deputadas, estudantes, como aqui já foi chamado carinhosamente de meninos e meninas, nós, antes de encerrarmos o nosso debate, gostaríamos de fazer alguns registros.

O primeiro deles foi a experiência que nós vivemos no Plenário desta Assembléia, quando no primeiro ano do curso de medicina da nossa UFAC, houve uma greve dos estudantes de Medicina e eles vieram para cá com nariz de palhaço. Como acontece com todos os manifestantes que chegam nesta Assembléia, nós os recebemos aqui no Plenário da Casa e eu fiquei simplesmente chocado com o relato do líder da turma, pois a principal reivindicação do rapaz era a mudança da grade curricular, porque a maioria havia passado no vestibular e achava que ao término do Curso de Medicina ganharia muito dinheiro abrindo seu consultório particular. Essa foi a conclusão que tiramos daquele debate, Deputado Donald.

Espero que essa turma que vai se formar agora tenha mudado o seu pensamento. Estou dando esse exemplo companheiros, porque temos aqui no Plenário da Assembléia, alunos acreanos, de Rondônia, outros que estão fazendo o curso de Medicina em Cuba, porque não tiveram a oportunidade de fazer no Brasil, já que não é fácil passar no vestibular ou pagar uma faculdade, para fazer um curso de Medicina.

O Luiz Carlos formou o filho recentemente e deve ter custado muito caro. Esta semana os Deputados Elson Santiago e Chagas Romão foram para o interior de São Paulo participar da formatura dos seus filhos e me contavam o quanto gastaram durante esses cinco anos.

Mas eu queria que vocês levassem um agradecimento ao Comandante Fidel por ele estar ajudando vários brasileiros, porque é muito difícil você passar no vestibular, mas de vez em quando um pobre consegue furar o bloqueio e todo mundo fica elogiando: “Olha! O pai vendia picolé, a mãe era não sei o que e ele conseguiu passar para o curso de medicina. Mas isso é uma exceção porque a maioria que passa no vestibular geralmente teve uma boa formação no Ensino Básico.

O segundo registro que eu quero fazer é que no Acre nós temos feito coisas inéditas, nós temos tomado iniciativas que em muitos lugares do Brasil não são tomadas. No campo da política é o único Estado do Brasil que tem uma aliança política que dura mais de quinze anos, a chamada Frente Popular. Nenhum lugar do Brasil tem isso.

Então, Professor Jonas, o Senhor que tem uma formação progressista, não vou chamar de esquerda porque o pessoal tem até preconceito com esse nome, porém, V. Exa. juntamente com nosso Governo, a exemplo do que aconteceu com os professores estaduais que fizeram um curso de nível superior, poderiam encontrar uma forma de revalidar esses diplomas. Podemos implantar um programa que atraia esses profissionais. Nós não estamos tratando aqui de qualquer profissional. E aí eu faço uma ressalva ao meu colega Donald Fernandes. Nós não estamos tratando com aquele cidadão que ficou a vida toda numa boa e conseguiu passar no vestibular, nós estamos tratando de pessoas que deram muito duro e conseguiram uma brechinha para ter uma oportunidade.

Eu espero, sinceramente, encontrar daqui alguns anos algum de vocês, ali pelo Jordão, por Santa Rosa, casado com um bom ou uma boa acreana, porque aqui tem esse negócio, as pessoas chegam no nosso Estado e logo arranjam uma namorada, um namorado e constrói família e vão ficando por aqui.

Quero agradecer a presença do nosso Reitor, do Dr. Thor, do Dr. Oswaldo e dizer que nós conseguimos dar um passo. Formaremos um grupo de trabalho com membros da nossa Universidade, da Assembléia Legislativa, da Secretaria de Estado de Saúde e dos representantes dos estudantes, para que possamos levar adiante essa discussão que iniciamos hoje.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

DIVERSOS

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N. 003/2007

Objeto: Manutenção Preventiva e Corretiva com periodicidade bimestral, dos Aparelhos de Refrigeração e Sistema Central, para atendimento às necessidades da Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Retirada do Edital:

1. **Data:** De 7.8.2007 a 16.8.2007

2. **Local:** Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Arlindo Porto Leal, n. 241, Centro, no subsolo do edifício sede da Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

3. **Horário:** 9h

4. **Data do Certame:** 20.8.2007

Rio Branco-Acre, 2 de agosto de 2007.

Wellington Barbosa Pessoa
Presidente CPL/ALEAC

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 46ª Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 11 de julho de 2007.

Presidência: Deputados Helder Paiva e Edvaldo Magalhães

Secretaria: Deputado Walter Prado

Às dez horas e quatorze minutos, sob a Presidência do Deputado Helder Paiva, Presidente, em exercício, do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado Walter Prado, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima, do Partido dos Trabalhadores - PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Helder Paiva, do Bloco Popular Republicano - BPR; Antonia Sales, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB; Delorgem Campos, Walter Prado, do Partido Socialista Brasileiro - PSB; José Luis, do Partido da Mobilização Nacional - PMN; Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros, do Partido Popular Socialista - PPS; Luiz Calixto, do Partido Democrático Trabalhista - PDT; José Carlos, do Partido Trabalhista Nacional - PTN e Gilberto Diniz, do Partido Trabalhista do Brasil - PT do B; ausentes os Deputados Chagas Romão, Elson Santiago e Maria Antonia, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Expediente do Dia conistou de: **Indicação n. 65/07**, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, solicitando que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que providencie a implantação de um sistema de abastecimento de água no 2º Distrito denominado Meritizal localizado no município de Cruzeiro do Sul, às margens do rio Juruá; **Projeto de Resolução n. 07/07**, de autoria da Mesa Diretora, o qual "Altera a Resolução n. 110, de 23 de dezembro de 2002". Aberto o **Pequeno Expediente**, não houve oradores inscritos. Aberto o **Grande Expediente**, em **Questão de Ordem**, o Deputado Luiz Calixto comunicou que há duas semanas havia protocolado um Requerimento à Mesa Diretora, o qual tratava da convocação de Secretários responsáveis pelo concurso provisório para agentes civis, no entanto não sabia por quais motivos o mesmo ainda não tinha entrado na pauta de votação da Ordem do Dia. O Senhor Presidente, Helder Paiva, comunicou ao Deputado Luiz Calixto que ainda não estavam na Ordem do Dia. Em **Questão de Ordem**, o Deputado Luiz Calixto pediu que a Mesa colocasse em apreciação o referido Requerimento ainda na Sessão de hoje, pois era o último dia dos trabalhos legislativo desse semestre. A seguir o Senhor Presidente, Helder Paiva, suspendeu a Sessão pelo tempo necessário. (Pausa) Reaberta a presente Sessão, foi considerado prejudicado o Grande Expediente e passou a direção dos trabalhos ao Deputado Edvaldo Magalhães, que aproveitou a oportunidade para registrar o aniversário do grande líder do Juruá, Deputado Taumaturgo Lima, desejando-lhe muitos anos de vida. Aberta a **Ordem do Dia**, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 03/07**, de autoria da Deputada Idalina Onofre, que "Dispõe sobre o acesso em eventos artísticos - esportivos realizados pelo poder público estadual aos doadores de sangue" Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, comunicou ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo iria à Redação Final. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado à **Emenda N. 02/2007**, de autoria do Tribunal de Contas, o qual apresenta "Prestação de Contas do Tribunal Contas do Estado do Acre - TCE/AC, exercício de 2003". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, comunicou ao plenário que tendo a referida

obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, a mesma iria à Redação Final. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em segunda discussão e segunda votação, do Parecer exarado a **Proposta de Emenda Constitucional N. 02/07**, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que "Altera redação do art. 63, da Constituição do Estado do Acre". Em discussão, não houve oradores. A seguir o Senhor Presidente comunicou ao plenário que a votação seria nominal e solicitou ao Senhor Secretário proceder à chamada para verificação de quorum. O Senhor Secretário procedeu à chamada, na seguinte ordem: **Partido dos Trabalhadores - PT:** Deputados FRANCISCO VIGA - PRESENTE; JUAREZ LEITÃO - PRESENTE; MAZINHO SERAFIM - PRESENTE; NALUH GOUVEIA - PRESENTE; NEY AMORIM - PRESENTE; PERPÉTUA DE SÁ - PRESENTE; TAUMATURGO LIMA - PRESENTE; **Bloco Popular Republicano - BPR:** Deputados EDVALDO MAGALHÃES - PRESENTE; MOISÉS DINIZ - PRESENTE; HELDER PAIVA - PRESENTE; **Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB:** Deputados ANTONIA SALES - PRESENTE; CHAGAS ROMÃO - AUSENTE; **Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB:** Deputados DONALD FERNANDES - PRESENTE; LUIZ GONZAGA - PRESENTE; **Partido Socialista Brasileiro - PSB:** Deputados DELORGEM CAMPOS - PRESENTE; WALTER PRADO - PRESENTE; **Partido da Mobilização Nacional - PMN:** Deputados ELSON SANTIAGO - AUSENTE; JOSÉ LUIS - PRESENTE; **Partido Popular Socialista - PPS:** Deputados IDALINA ONOFRE - PRESENTE; TARCÍSIO MEDEIROS - PRESENTE; **Partido Progressista - PP:** Deputada MAIRA ANTONIA - AUSENTE; **Partido Democrático Trabalhista - PDT:** Deputado LUIZ CALIXTO - PRESENTE; **Partido Trabalhista Nacional - PTN:** Deputado JOSÉ CARLOS - PRESENTE; **Partido Trabalhista do Brasil - PT do B:** Deputado GILBERTO DINIZ - PRESENTE. Foi constatada a presença de 21 Deputados em plenário. O Senhor Secretário procedeu à chamada para votação na seguinte ordem: **Partido dos Trabalhadores - PT:** Deputados FRANCISCO VIGA - SIM; JUAREZ LEITÃO - SIM; MAZINHO SERAFIM - SIM; NALUH GOUVEIA - SIM; NEY AMORIM - SIM; PERPÉTUA DE SÁ - SIM; TAUMATURGO LIMA - SIM; **Bloco Popular Republicano - BPR:** Deputados EDVALDO MAGALHÃES - SIM; MOISÉS DINIZ - SIM; HELDER PAIVA - SIM; **Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB:** Deputada ANTONIA SALES - SIM; **Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB:** Deputados DONALD FERNANDES - SIM; LUIZ GONZAGA - SIM; **Partido Socialista Brasileiro-PSB:** Deputado DELORGEM CAMPOS - SIM; WALTER PRADO - SIM; **Partido da Mobilização Nacional - PMN:** Deputado JOSÉ LUIS - SIM; **Partido Popular Socialista - PPS:** Deputados IDALINA ONOFRE - SIM; TARCÍSIO MEDEIROS - SIM; **Partido Democrático Trabalhista - PDT:** Deputado LUIZ CALIXTO - SIM; **Partido Trabalhista Nacional - PTN:** Deputado JOSÉ CARLOS - SIM; **Partido Trabalhista do Brasil - PT do B:** Deputado GILBERTO DINIZ - SIM. O Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães comunicou ao plenário que a referida Matéria obteve 21 votos a favor e tendo obtido três quinto dos votos em dois turnos de votação, iria à sanção governamental e posterior publicação. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar N. 3/2007**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 58, de 17 de julho de 1998, que dispõe sobre a contratação temporária de pessoal para atender às necessidades por tempo limitado de excepcionalmente interesse público, nos termos do inciso X do art. 27 da Constituição Estadual". Em discussão, usaram da palavra os Deputados: Idalina Onofre, Líder do PPS; Taumaturgo Lima, Líder do PT, que foi aparteado pelos Deputados Idalina Onofre, Donald Fernandes, Tarcísio Medeiros e Gilberto Diniz. O Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, prorrogou a Sessão pelo tempo necessário, para que pudessem terminar a votação. Antonia Sales, do PMDB; Naluh Gouveia, do PT, que foi aparteada pelos Deputados Luiz Calixto, Idalina Onofre e Antonia Sales. O Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, concedeu ainda a palavra aos Deputados Luiz Calixto, Líder do PDT e José Luis, Líder do PMN, que foi aparteado pelos Deputados Luiz Calixto, Helder Paiva e Taumaturgo Lima. Está encerrada a discussão. Em votação, os Senhores Deputados que concordarem com a Matéria, permaneçam sentados; os que forem contra, fiquem de pé. O projeto foi aprovado por 14 votos a favor e 6 contra, dos Deputados Luiz Gonzaga, Donald Fernandes, Luiz Calixto, Tarcísio Medeiros, Antonia Sales e Idalina Onofre. O Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, comunicou ao plenário que não tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo iria à segunda discussão e segunda votação. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 40/2007**, de autoria do Poder Executivo, que "Institui e altera estruturas de vencimento dos integrantes da Polícia Civil do Estado do Acre e dá outras providências". Em discussão, usaram da palavra os Deputados: Luiz Calixto,

Líder do PDT e Walter Prado, do PSB. Está encerrada a discussão. Em votação, foi aprovado por 19 votos a favor e 1 contra, do Deputado Luiz Calixto. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo iria à Redação Final. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar n. 04/2007**, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a nova estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Acre e dá outras providências". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 15 votos a favor e 6 votos contra, dos Deputados Idalina Onofre, Tarcísio Pinheiro, Luiz Gonzaga, Donald Fernandes, Antonia Sales e Luiz Calixto. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que não tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à segunda discussão e segunda votação. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n.º 34/2007**, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo Estadual a assumir débito junto ao Banco da Amazônia". Em discussão, usaram da palavra os Deputados: Tarcísio Medeiros, do PPS e Delorgem Campos, Líder do PSB. Está encerrada a discussão. Em votação, a referida Matéria obteve 16 votos a favor e 4 contra, dos Deputados Donald Fernandes, Idalina Onofre, Luiz Calixto e Tarcísio Medeiros. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que tendo o referido Projeto obtido dois terços dos votos dos membros deste plenário, o mesmo iria à Redação Final. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 16/2007**, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros deste plenário, o mesmo iria à Redação Final. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Resolução n. 07/2007**, de autoria da Mesa Diretora, que "Altera a Resolução n. 110, de 23 de dezembro de 2002". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão Extraordinária às treze horas e quarenta minutos, convocando uma Ordinária para dia e hora regimental. E, para constar,*Francisco Viga*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente

.....
2º Secretário

1º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 13ª Sessão Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da
Décima Segunda Legislatura.
Realizada em 11 de julho de 2007.
Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**
Secretaria: Deputado **Walter Prado**

Às treze horas e quarenta minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Walter Prado**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Helder Paiva**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antonia Sales**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes, Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Delorgem Campos, Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Delorgem Campos e Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN e **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados **Chagas Romão, Elson Santiago e Maria Antonia**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em segunda discussão e segunda votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 32/07**, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a Gestão Democrática do Sistema Público de Saúde do Estado do Acre". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado

por 14 votos a favor e 6 contra, dos Deputados Luiz Gonzaga, Idalina Onofre, Antonia Sales, Donald Fernandes, Luiz Calixto e Tarcísio Medeiros. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a referida Matéria iria à Redação Final. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em segunda discussão e segunda votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar n. 5/07**, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a estrutura básica do Departamento de Estradas de Rodagem, Infra-Estrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre-Denacre". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 14 votos a favor e 6 contra, dos Deputados Luiz Gonzaga, Idalina Onofre, Antonia Sales, Donald Fernandes, Luiz Calixto e Tarcísio Medeiros. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a referida Matéria iria à Redação Final. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em segunda discussão e segunda votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 35/07**, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a estrutura organizacional básica do Instituto de Meio Ambiente do Acre-IMAC". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 14 votos a favor e 6 contra, dos Deputados Luiz Gonzaga, Idalina Onofre, Antonia Sales, Donald Fernandes, Luiz Calixto e Tarcísio Medeiros. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a referida Matéria iria à Redação Final. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em segunda discussão e segunda votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar n. 06/07**, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a nova estrutura organizacional básica da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 14 votos a favor e 6 contra, dos Deputados Luiz Gonzaga, Idalina Onofre, Antonia Sales, Donald Fernandes, Luiz Calixto e Tarcísio Medeiros. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a referida Matéria iria à Redação Final. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em segunda discussão e segunda votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar n. 03/07**, de autoria do Poder Executivo, que "Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 58, de 17 de julho de 1998, que dispõe sobre a contratação temporária de pessoal para atender às necessidades por tempo limitado de excepcional interesse público, nos termos do inciso X do art. 2º da Constituição Estadual". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 14 votos a favor e 6 contra, dos Deputados Luiz Gonzaga, Idalina Onofre, Antonia Sales, Donald Fernandes, Luiz Calixto e Tarcísio Medeiros. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a referida Matéria iria à Redação Final. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em segunda discussão e segunda votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar n. 04/07**, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a nova estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Acre e dá outras providências". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 14 votos a favor e 6 contra, dos Deputados Luiz Gonzaga, Idalina Onofre, Antonia Sales, Donald Fernandes, Luiz Calixto e Tarcísio Medeiros. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a referida Matéria iria à Redação Final. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Extraordinária às treze horas e cinquenta minutos, convocando outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu.....*Francisco Viga*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente

1º Secretário

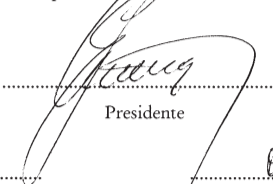
2º Secretário

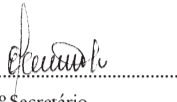
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 14ª Sessão Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da
Décima Segunda Legislatura.
Realizada em 11 de julho de 2007.
Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**
Secretaria: Deputado **Walter Prado**

Às treze horas e cinquenta e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Walter Prado**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Helder Paiva**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antonia Sales**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes, Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Delorgem Campos, Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Delorgem Campos e Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN e **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados **Chagas**

Romão, Elson Santiago e Maria Antonia, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 36/07, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o Instituto de Administração Penitenciária do Acre-IAPEN/AC. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à sanção governamental. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Extraordinária às quatorze horas, convocando outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu.....*Francisco*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

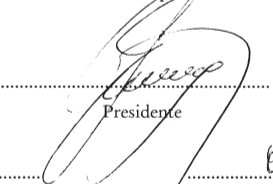

.....
Presidente

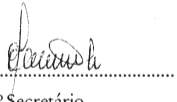

.....
1º Secretário

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES**

Ata da 15ª Sessão Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.
Realizada em 11 de julho de 2007.
Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**
Secretaria: Deputado **Walter Prado**

Às quatorze horas e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Walter Prado**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Helder Paiva**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antonia Sales**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes, Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Delorgem Campos, Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Delorgem Campos e Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN e **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados **Chagas Romão, Elson Santiago e Maria Antonia**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 34/07, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo Estadual a assumir débito junto ao Banco da Amazônia”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à sanção governamental. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Extraordinária às quatorze horas e dez minutos, convocando outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu.....*Francisco*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


.....
Presidente

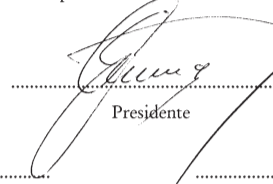

.....
1º Secretário

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES**

Ata da 16ª Sessão Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.
Realizada em 11 de julho de 2007.
Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**
Secretaria: Deputado **Walter Prado**

Às quatorze horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Walter Prado**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Helder Paiva**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antonia Sales**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes, Luiz Gonzaga**, do

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Delorgem Campos, Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Delorgem Campos e Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN e **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados **Chagas Romão, Elson Santiago e Maria Antonia**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 3/07, de autoria da Deputada **Idalina Onofre**, que “Dispõe sobre o acesso em eventos artístico-esportivos realizados pelo poder público estadual aos doadores de sangue”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à sanção governamental. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Extraordinária às quatorze horas e vinte minutos, convocando outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu.....*Francisco*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

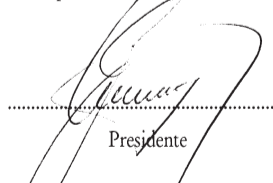

.....
Presidente


.....
1º Secretário

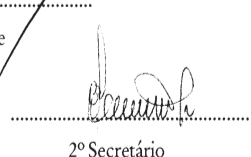
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES**

Ata da 17ª Sessão Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.
Realizada em 11 de julho de 2007.
Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**
Secretaria: Deputado **Walter Prado**

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Walter Prado**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Helder Paiva**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antonia Sales**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes, Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Delorgem Campos, Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Delorgem Campos e Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN e **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados **Chagas Romão, Elson Santiago e Maria Antonia**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 40/07, de autoria do Poder Executivo, que “Institui e altera estruturas de vencimento dos integrantes da Polícia Civil do Estado do Acre e dá outras providências”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à sanção governamental. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Extraordinária às quatorze horas e trinta minutos, convocando outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu.....*Francisco*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


.....
Presidente


.....
1º Secretário


.....
2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 18ª Sessão Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 11 de julho de 2007.

Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Secretaria: Deputado **Walter Prado**

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Walter Prado**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Helder Paiva**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antonia Sales**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes, Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Delorgem Campos, Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Delorgem Campos e Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN e **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados **Chagas Romão, Elson Santiago e Maria Antonia**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 27/07**, de autoria da Mesa Diretora, que “Modifica a Lei n. 1.566, de 4 de julho de 2004”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à sanção governamental. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Extraordinária às quatorze horas e quarenta minutos, convocando outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu.....*Edvaldo Magalhães*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Edvaldo Magalhães
Presidente

Walter Prado
2º Secretário

1º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 19ª Sessão Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 11 de julho de 2007.

Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Secretaria: Deputado **Walter Prado**

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Walter Prado**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Helder Paiva**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antonia Sales**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes, Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Delorgem Campos, Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Delorgem Campos e Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN e **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados **Chagas Romão, Elson Santiago e Maria Antonia**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 26/07**, de autoria do Deputado **Delorgem Campos**, que “Propõe que a Serasa, o SPC e quaisquer outros órgãos de cadastros negativos sejam obrigados a comunicar ao consumidor, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento (AR), quando da negativação de seu nome”. Em discussão, não

houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à sanção governamental. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Extraordinária às quatorze horas e cinquenta minutos, convocando outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu.....*Edvaldo Magalhães*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Edvaldo Magalhães
Presidente

Walter Prado
2º Secretário

1º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 20ª Sessão Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 11 de julho de 2007.

Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Secretaria: Deputado **Walter Prado**

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Walter Prado**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Helder Paiva**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antonia Sales**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes, Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Delorgem Campos, Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Delorgem Campos e Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN e **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados **Chagas Romão, Elson Santiago e Maria Antonia**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 20/07**, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, que “Fica instituído na rede pública de ensino estadual a semana da conservação escolar”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à sanção governamental. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Extraordinária às quinze horas, convocando outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu.....*Edvaldo Magalhães*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Edvaldo Magalhães
Presidente

Walter Prado
2º Secretário

1º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 21ª Sessão Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

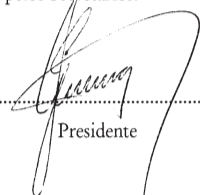
Realizada em 11 de julho de 2007.

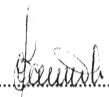
Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Secretaria: Deputado **Walter Prado**

Às quinze horas e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Walter Prado**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Helder Paiva**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antonia Sales**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes, Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Delorgem Campos, Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Delorgem Campos e Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido

Democrático Trabalhista – PDT; José Carlos, do Partido Trabalhista Nacional – PTN e Gilberto Diniz, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados Chagas Romão, Elson Santiago e Maria Antonia, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Completar n. 05/07, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a estrutura básica do Departamento de Estradas de Rodagem, Infra-Estrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre-Deracre”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, comunicou ao plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à sanção governamental. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, encerrou a presente Sessão Extraordinária às quinze horas e dez minutos, convocando outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu.....*forinhire*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


.....
Presidente

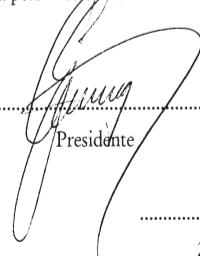

.....
2º Secretário

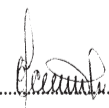
.....
1º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 22ª Sessão Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.
Realizada em 11 de julho de 2007.
Presidência: Deputado Edvaldo Magalhães
Secretaria: Deputado Walter Prado

Às quinze horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado Edvaldo Magalhães, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado Walter Prado, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima, do Partido dos Trabalhadores – PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Helder Paiva, do Bloco Popular Republicano – BPR; Antonia Sales, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; Delorgem Campos, Walter Prado, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; Delorgem Campos e Walter Prado, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; José Luis, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros, do Partido Popular Socialista – PPS; Luiz Calixto, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; José Carlos, do Partido Trabalhista Nacional – PTN e Gilberto Diniz, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados Chagas Romão, Elson Santiago e Maria Antonia, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 32/07, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Gestão Democrática do Sistema Público de Saúde do Estado do Acre”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, comunicou ao plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à sanção governamental. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, encerrou a presente Sessão Extraordinária às quinze horas e vinte minutos, convocando outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu.....*forinhire*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


.....
Presidente

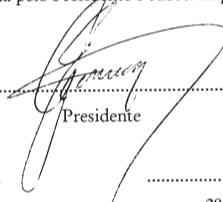

.....
2º Secretário

.....
1º Secretário

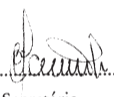
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 23ª Sessão Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.
Realizada em 11 de julho de 2007.
Presidência: Deputado Edvaldo Magalhães
Secretaria: Deputado Walter Prado

Às quinze horas e vinte e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado Edvaldo Magalhães, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado Walter Prado, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima, do Partido dos Trabalhadores – PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Helder Paiva, do Bloco Popular Republicano – BPR; Antonia Sales, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; Delorgem Campos, Walter Prado, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; Delorgem Campos e Walter Prado, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; José Luis, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros, do Partido Popular Socialista – PPS; Luiz Calixto, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; José Carlos, do Partido Trabalhista Nacional – PTN e Gilberto Diniz, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados Chagas Romão, Elson Santiago e Maria Antonia, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 35/07, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a estrutura organizacional básica do Instituto de Meio Ambiente do Acre-IMAC”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, comunicou ao plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à sanção governamental. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, encerrou a presente Sessão Extraordinária às quinze horas e trinta minutos, convocando outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu.....*forinhire*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


.....
Presidente

.....
1º Secretário

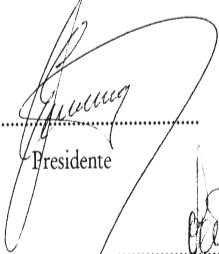

.....
2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES


Ata da 24ª Sessão Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.
Realizada em 11 de julho de 2007.
Presidência: Deputado Edvaldo Magalhães
Secretaria: Deputado Walter Prado

Às quinze horas e trinta e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado Edvaldo Magalhães, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado Walter Prado, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima, do Partido dos Trabalhadores – PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz e Helder Paiva, do Bloco Popular Republicano – BPR; Antonia Sales, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; Delorgem Campos, Walter Prado, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; Delorgem Campos e Walter Prado, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; José Luis, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; Idalina Onofre e Tarcísio Medeiros, do Partido Popular Socialista – PPS; Luiz Calixto, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; José Carlos, do Partido Trabalhista Nacional – PTN e Gilberto Diniz, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados Chagas Romão, Elson Santiago e Maria Antonia, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar n. 03/07, de autoria do Poder Executivo, que “Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 58, de 17 de julho de 1998, que dispõe sobre a contratação temporária de pessoal para atender às necessidades por tempo limitado de excepcional interesse público, nos termos do inciso X

do art.27 da Constituição Estadual". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à sanção governamental. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar n. 04/07**, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a nova estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Acre e dá outras providências". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário, que após a expedição dos Autógrafos a referida Matéria iria à sanção governamental. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar n. 06/07**, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a nova estrutura organizacional básica da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário, que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à sanção governamental. O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado ao **Requerimento n. 61/07**, de autoria do Deputado Walter Prado, solicitando à Mesa Diretora, que "Seja encaminhado ao Ministro da Justiça, no sentido de agilizar as medidas necessárias, para a Delegação de Competência, para que a Superintendência da Polícia Federal do Estado do Acre, possa tomar as medidas necessárias, vista que, na atual conjuntura, sem a ordenação de tal delegação, os conflitos tendem a tornar-se incontroláveis, possibilitando assim a ocorrência de mais mortes naquela localidade". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado ao **Requerimento n. 63/07**, de autoria do Deputado Luiz Calixto, "Solicitando à Mesa Diretora, que seja expedida notificação de convocação ao Secretário de Justiça e Segurança Pública, ao Comandante Geral da Polícia Militar, à Diretora do Departamento de Administração Penitenciária, à Secretaria de Cidadania e Ação Social e ao Secretário de Saúde, todos componentes da Comissão Organizadora do concurso simplificado para a contratação regime provisório de agentes de segurança, para que nesta Casa explique as distorções verificadas nas divulgação dos resultados do referido concurso". Em discussão, não houve oradores. Em votação, o Requerimento obteve 13 votos contra, dos Deputados Moisés Diniz, Taumaturgo Lima, Helder Paiva, Perpétua de Sá, Gilberto Diniz, Ney Amorim, Mazinho Serafim, Francisco Viga, José Carlos, Juarez Leitão, José Luis, Delorgem Campos e Walter Prado. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário, que não tendo obtido a maioria dos votos dos membros desta Casa, o referido Requerimento foi rejeitado. O Senhor Presidente comunicou que amanhã seria realizada mais uma etapa do Programa Assembléia Aberta e esperava contar com a participação de todos os Parlamentares e que o ônibus para Plácido de Castro sairia às 7 horas da manhã deste Poder. Informou também que o Deputado Taumaturgo Lima estava convidando os Deputados para um almoço no Inácio's Restaurante. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Extraordinária às quinze horas e cinquenta minutos, convocando uma Ordinária para dia e hora regimental. E, para constar, eu.....*Edvaldo Magalhães*....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


.....
Presidente

.....
1º Secretário


.....
2º Secretário

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Presidente: Deputado Moisés Diniz BPR
Vice-Presidente: Taumaturgo Lima PT
Titulares:
Deputados: Naluh Gouveia PT
Delorgem Campos PSB
Luiz Calixto PDT
Suplentes:
Deputados: Francisco Viga PT
Ney Amorim PT
Helder Paiva BPR
Walter Prado PSB
Chagas Romão PMDB
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Deputado Delorgem Campos PSB
Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga PT
Titulares:
Deputados: Taumaturgo Lima PT
Helder Paiva BPR
Chagas Romão PMDB
Suplentes:
Deputados: Ney Amorim PT
Perpétua de Sá PT
Moisés Diniz BPR
Walter Prado PSB
Luiz Calixto PDT
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Deputado Nogueira Lima PFL
Vice-Presidente: Deputado Taumaturgo Lima PT
Titulares:
Deputados: Perpétua de Sá PT
Moisés Diniz BPR
Donald Fernandes PSDB
Suplentes:
Deputados: Francisco Viga PT
Naluh Gouveia PT
Helder Paiva BPR
Antônia Sales PMDB
Luiz Gonzaga PSDB
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Deputado Gilberto Diniz PT do B
Vice-Presidente: Deputado José Carlos PTN
Titulares:
Deputados: Ney Amorim PT
Mazinho Serafim PT
José Luís PMN
Suplentes:
Deputados: Taumaturgo Lima PT
Francisco Viga PT
Nogueira Lima PFL
Delorgem Campos PSB
Moisés Diniz BPR
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: Deputado Moisés Diniz BPR
Vice-Presidente: Deputado Mazinho Serafim PT
Titulares:
Deputados: Maria Antônia PP
Idalina Onofre PPS
Luiz Gonzaga PSDB
Suplentes:
Deputados: Taumaturgo Lima PT
Helder Paiva BPR
Antônia Sales PMDB
José Carlos PTN
Donald Fernandes PSDB
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Presidente: Deputada Naluh Gouveia PT
Vice-Presidente: Deputada Idalina Onofre PPS
Titulares:
Deputados: Moisés Diniz BPR

Maria Antônia PP
Donald Fernandes PSDB

Suplentes:

Deputados:

Perpétua de Sá PT
Helder Paiva BPR
Nogueira Lima PFL
Gilberto Diniz PT do B
Luiz Gonzaga PSDB

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Deputada Naluh Gouveia PT
Vice-Presidente: Deputada Antônia Sales PMDB
Titulares:
Deputados: Moisés Diniz BPR
Maria Antônia PP
Luiz Gonzaga PSDB
Suplentes:
Deputados:

Perpétua de Sá PT
Helder Paiva BPR
Walter Prado PSB
Luiz Calixto PDT
Donald Fernandes PSDB

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Deputado Helder Paiva BPR
Vice-Presidente: Deputada Perpétua de Sá PT
Titulares:
Deputados: Idalina Onofre PPS
José Carlos PTN
Nogueira Lima PFL
Suplentes:
Deputados:

Ney Amorim PT
Chagas Romão PMDB
Moisés Diniz BPR
José Luís PMN
Luiz Calixto PDT

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Walter Prado PSB
Vice-Presidente: Deputado Gilberto Diniz PT do B
Titulares:
Deputados: Francisco Viga PT
Nogueira Lima PFL
Maria Antônia PP
Suplentes:
Deputados:

Mazinho Serafim PT
Delorgem Campos PSB
Moisés Diniz BPR
Taumaturgo Lima PT
Ney Amorim PT

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Deputado José Luís PMN
Vice-Presidente: Deputado Chagas Romão PMDB
Titulares:
Deputados: Perpétua de Sá PT
Helder Paiva BPR
Delorgem Campos PSB
Suplentes:
Deputados:

Ney Amorim PT
Moisés Diniz BPR
Walter Prado PSB
Idalina Onofre PPS
Gilberto Diniz PT do B

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Editado pela:
Subsecretaria de Publicidade e
Comunicação Social

Diretor Responsável:

João Roberto Braña Bezerra

Inscrição 13198

**Coordenadora de Redação e Revisão
de Atas:**

Juscelina Barbosa Pinheiro

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Ceará - 3.335.